

## **COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE**

### **REQUERIMENTO DE CONVOCAÇÃO N° DE 2004 (do Sr. ALBERTO GOLDMAN)**

Solicita seja convocado o Sr. Ministro de Estado do Banco Central do Brasil para prestar esclarecimentos sobre denúncias de irregularidades fiscais e movimentações financeiras suspeitas.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., nos termos do art. 50, da Constituição Federal, e no Regimento Interno desta Casa, requeiro que, ouvido o plenário, se digne a adotar as providências necessárias à convocação do Sr. Henrique Meirelles, Ministro de Estado do Banco Central do Brasil, para prestar esclarecimentos sobre denúncias de irregularidades fiscais e movimentações financeiras suspeitas.

### **JUSTIFICAÇÃO**

As edições da revista "IstoÉ" de 31 de julho de 2004 e da revista Veja, também de 31 de agosto, publicaram matérias noticiando que o Presidente do Banco Central teria apresentado declarações de renda conflitantes à Receita Federal e à Justiça Eleitoral.

A revista "IstoÉ" publicou denúncias de que o Presidente do Banco Central teria omitido bens e movimentações financeiras em suas declarações de renda e, por isso, tornara-se alvo de investigação do Ministério Público e da CPI do Banestado.

Já a revista "Veja" de 04 de agosto de 2004 traz informações sobre transações imobiliárias suspeitas, feitas por um procurador de Meirelles. Entre outros fatos, ela informa que um procurador de Meirelles, seu primo Marco Túlio Pereira de Campos, foi detido no Aeroporto de Congonhas quando embarcava para Brasília trazendo em sua pasta R\$ 32 mil em espécie. A revista informa, ainda, que Meirelles abriu uma empresa (Catenária Administração de Bens e Participação) quando já

estava no governo. Ele deveria ter informado à Comissão de Ética Pública, mas não o fez.

Em resumo, a seguir as principais denúncias das revistas “Veja” e “IstoÉ” :

- . suposta operação com doleiros investigados – em 18 de outubro de 2002, Henrique Meirelles teria feito uma remessa de US \$ 50.677,12 de uma conta bancária pessoal sua em uma agência do Goldman Sachs nos Estados Unidos para uma conta da offshore Biscay Trading Ltd. Segundo a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Banestado, a Biscay Trading pertence a um grupo de doleiros de São Paulo investigado por suspeita de lavagem de dinheiro.

- . a Declaração de Imposto de Renda de H. Meirelles entregue à Receita Federal em 2003, referente ao ano de 2002, não informa a existência da conta no Goldman Sachs.

- . em maio deste ano, o engenheiro Marco Túlio Pereira de Campos, primo e homem de confiança de Meirelles, foi flagrado pela Polícia Federal, ao passar pelo raio-X do Aeroporto de Congonhas, em São Paulo, com R\$ 32 mil em notas de dinheiro na bagagem. Marco Túlio disse que o dinheiro era fruto de uma transação imobiliária com um dos bens de Meirelles e mostrou procurações que lhe davam poderes para representar Meirelles.

O Presidente do Banco Central adquiriu uma chácara em Anápolis – GO da empresa Sylvania Empreendimentos e Participações Ltda., cujo procurador também é Marco Túlio. A Sylvania Empreendimentos pertence a outras duas firmas, Sylvania One e Sylvania Two, com sede nos Estados Unidos, e pertencem a Henrique Meirelles. A operação de compra da chácara indicaria que Meirelles, como pessoa física, adquiriu uma propriedade que lhe pertencia como pessoa jurídica. De acordo com a Receita Federal, a transação é legal, mas normalmente serve para regularizar junto ao Fisco um bem até então oculto. Segundo as denúncias da revista Veja, a operação teria sido feita para “esquentar” o patrimônio de Meirelles.

- . Segundo a revista IstoÉ, o patrimônio de Meirelles em 2001 era de R\$ 105 milhões. Ao transferir o domicílio eleitoral dos Estados Unidos para o Brasil, em 2001, para poder concorrer às eleições de 2002, Meirelles passou a ter compromissos com a Receita Federal do Brasil. Meirelles declarou bens no valor de R\$ 96 milhões. Um apartamento em Goiânia, registrado na Justiça Eleitoral por R\$ 540 mil, aparece nas declarações da Receita com valor de R\$ 1 milhão. Meirelles retificou a declaração em 2002. A soma dos valores recebidos do exterior passou de R\$ 4,3 milhões para R\$ 4,9 milhões. Ao invés de receber R\$ 54 mil de restituição, o Presidente do Banco Central pagou R\$ 110 mil à Receita Federal. Segundo a revista, nova retificação teria acontecido em maio passado, quando a IstoÉ fez as primeiras investigações sobre os bens do presidente do Banco Central.

O requerimento que ora apresento é de fundamental importância para o esclarecimento dos fatos e o cumprimento das atribuições constitucionais e regimentais.

Sala das Comissões, em        de        de 2004

**Deputado ALBERTO GOLDMAN**